

Subjetivação e a educação através da internet

Subjectivation and the education through the internet

Alysson Ramos Artuso*

RESUMO

Este artigo é um estudo sobre os mecanismos de poder e de subjetivação que se fazem presentes no processo de ensino-aprendizagem através da Internet. Utilizando-se de idéias da literatura de Foucault e Deleuze, faz uma análise dos mecanismos existentes nas propostas de uso da Internet como ferramenta para a instrução formal e continuada, acompanhada de uma descrição da ética presente na rede. Esta análise trabalha com a idéia de um poder produtor, emaranhado com e em microsituações sociais, e a estrutura dessa nova tecnologia educacional, de onde se vê emergir novos sujeitos e subjetividades, mas que propicia também novas brechas para resistências.

Palavras-chave: subjetivação, poder, novas tecnologias, mídia e educação, ensino-aprendizagem através da internet.

ABSTRACT

This article is a study about power mechanism and subjectivation that exist in the teach-learning process through the internet. The Foucault and Deleuze's ideas are used to analyze the mechanisms present in the proposals of internet's use in formal and distance education, followed by web ethic description. This analysis works with the productive power idea, mixed with and within social micro-situations, and the new educational technology

* Mestrando em Educação na Universidade Federal do Paraná. E-mail: alysson.artuso@gmail.com

structure where can emerge new subjects and subjectivities, but this also offers new breaches for resistance.

Key-words: subjectivation, power, new technologies, media and education, teach-learning process through the internet.

O pensamento de Michel Foucault é de fundamental importância na compreensão dos saberes que orientam os mecanismos de sujeição e subjetivação das pessoas, desde seu funcionamento histórico até as suas modernizações e transformações na atual sociedade. As novas tecnologias que estão sendo usadas pela educação tornam operacionais esses mecanismos utilizando-se de várias técnicas que se aplicam sobre o sujeito na construção de sua moral. São esses os aspectos que este artigo investiga com relação à educação através da Internet.

Para Veiga Neto (2003, p. 17), “foi Foucault quem melhor nos mostrou como as práticas e os saberes vêm funcionando para fabricar o chamado sujeito moderno”. E com base nele podemos compreender a escola como um eficiente instrumento capaz de articular os poderes que aí circulam com os saberes que a constituem e que nela se ensinam, sejam eles pedagógicos ou não.

A Internet produz a idéia de mídia mais aberta, descentralizada. Seu uso na educação presencial pode modificá-la significativamente, apesar de não implicar diretamente em qualidade de ensino. As paredes das escolas e das universidades se abrem, as pessoas se comunicam, trocam informações, dados, pesquisas. A educação é facilitada pela possibilidade de integração de várias metodologias de ensino, provenientes de diversas mídias, que podem ser acessadas tanto em tempo real na escola, como no horário mais favorável para cada um. Além de facilitar o contato entre educadores e educandos, essa rede eletrônica “permite juntar a escrita, a fala e proximamente a imagem, estática e animada, a um custo barato, com rapidez, flexibilidade e interação até há pouco tempo impossíveis” (MORAN, 1997, p. 147). Mas qual é seu papel na transmissão de saberes? Nas relações de poder? Na constituição de um sujeito? Sob quais regras se baseia seu funcionamento?

Poder-saber, subjetivação e escola

O fim do século XVII e sobretudo o século XVIII produz uma forma de poder que dá lugar a uma nova sociedade. Antes havia uma forma de poder que pode ser caracterizada pelo direito de matar e de deixar viver. Poder marcado por seu aspecto negativo, por sua capacidade de destruir as forças do corpo. Poder que configura a sociedade penal, judiciária.

Articulado a esse poder do soberano, surgem novas técnicas que, centradas no corpo dos indivíduos, têm como objetivo um melhor aproveitamento do tempo e maximização do rendimento do trabalho, através de uma organização espacial e temporal dos corpos, de modo a ordená-los em termos de divisão, distribuição, alinhamento, sempre sob uma vigilância constante. Durante a segunda metade do século XVIII o que se vê aparecer é uma outra tecnologia do poder. Uma tecnologia não disciplinar, mas que não exclui esta, e sim que a integra. Essa técnica se aplica à vida dos homens, gerando saberes preocupados com os processos de suas vidas, como o nascimento, a morte, a produção, a doença etc. Tem-se uma forma de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas massificante: o biopoder.

E esse poder é entendido, não unicamente como repressivo, mas também como produtivo, pois induz, propõe, aponta, faz surgir coisas novas. Assim surge um poder que produz a vida, gerindo-a de modo a valorizá-la, multiplicá-la, na mesma medida que exerce sobre ela o seu controle, exigindo dela produtividade. O antigo direito de causar a morte ou deixar viver está sendo substituído pelo novo direito de causar a vida ou devolver à morte. As tecnologias de disciplina e o biopoder caracterizam as *sociedades disciplinares*. Nelas necessita-se de grandes meios de confinamento. Espaços fechados pelos quais os indivíduos não param de passar e onde vão se constituindo como sujeitos dessa sociedade: a família, a escola, o quartel, a fábrica, o hospital, e, eventualmente, a prisão.

Porém, assim como as *sociedades disciplinares* sucederam as *sociedades de soberania*, Deleuze defende que elas estão sendo progressivamente substituídas pelas *sociedades de controle*, nas quais o indivíduo não precisa mais ser seqüestrado institucionalmente para sofrer os processos de subjetivação. As instituições anteriores atravessam várias crises e passam por processos de “reforma”. A fábrica, por exemplo, é substituída pela empresa, e uma de suas modificações está na concorrência criada entre os seus indivíduos em busca de prêmios e reconhecimento que funciona como uma eficiente tecnologia de controle. Da mesma maneira “a formação permanente tende a

substituir a escola e o controle contínuo substitui o exame. Este é o meio mais garantido de entregar a escola à empresa” (DELEUZE, 1992, p. 221).

Cabe ainda ressaltar a atenção dada a Foucault para a sexualidade, não num interesse sobre si mesma, mas por ela ser um modo muito importante de experimentar a subjetivação. Interessa à medida que os indivíduos são levados a falar sobre si mesmos, sobre seus corpos e seus prazeres que estão relacionados com a verdade sobre si próprios. Dessa forma, a subjetividade está diretamente relacionada às experiências que o sujeito faz de si mesmo. É mediante práticas como auto-avaliações, reflexões sobre si próprio que está sendo formulada a subjetividade do indivíduo.

A internet – seus mecanismos e seu uso na educação

A Internet é uma rede de computadores que serve a milhões de pessoas em todo o mundo. Para se ter uma idéia do que ela é capaz de oferecer, imagine um sistema rodoviário que diminui para segundos a distância entre duas cidades. Ou uma biblioteca que poderia ser consultada a qualquer hora do dia ou da noite, com milhões de livros e recursos disponíveis.

A sua comunicação é fundada numa reciprocidade entre diversas comunidades. As emissoras de televisão e de rádio são pólos de onde as informações partem e são distribuídas. Mesmo levando-se em conta as ferramentas interativas, existe uma separação nítida entre os núcleos emissores e os destinatários, isolados uns dos outros. Na Internet, há a possibilidade substantiva de participação dos receptores, inclusive entre indivíduos separados territorialmente. “Trata-se de um conjunto vivo de significações, no qual tudo está em contato com tudo: os hiperdocumentos entre si, as pessoas entre si e os hiperdocumentos com as pessoas”. (MORAES, 1998, p. 3-4).

Na Internet não existem grades de programação ou rotas pré-estabelecidas até os materiais informativos. O usuário escolhe e consome informações nos horários, nas frequências e nos ângulos de abordagem que preferir. Enquanto a televisão, o rádio e o jornal trazem as notícias que selecionam conforme suas próprias diretrizes, as redes computadorizadas fazem com que seus usuários busquem as informações dispersas pelo planeta, de acordo com seus interesses, definindo por conta própria a que mídias, programas de buscas ou bases de dados devem recorrer.

Os usos imensuráveis da Internet refletem a complexidade social, econômica, afetiva, ética, cultural e política do mundo contemporâneo. Nas telas dos monitores trafegam o comércio eletrônico, a guerra entre os fabricantes de *softwares*, os *hackers*, a pornografia, projetos militares e seitas místicas. Em compensação, se dispõe de uma escala impressionante de informações, cultura e divertimento, programas educacionais e científicos, bases públicas e privadas, trocas entre indivíduos, grupos e instituições, e modalidades promissoras de intervenção política, cultural e social.

Há hoje uma grande pressão para que as pessoas se instruem de forma continuada nas suas casas e nos seus locais de trabalho. Nas universidades ocorre uma apologia dessa educação continuada, que permitiria aumentar o número de alunos nessas instituições e os atualizariam para o mercado de trabalho. A Internet tem todas as características para servir como caminho nessa tarefa.

A própria educação presencial pode modificar-se significativamente com a rede eletrônica. Afinal, na Internet encontram-se vários tipos de aplicações educacionais: de divulgação, de pesquisa, de apoio ao ensino e de comunicação. A divulgação pode ser institucional, em que a escola mostra o que faz, ou particular, em que professores ou alunos criam suas *home pages* com o que produzem de mais significativo. O acesso à Internet pode ser feito individualmente ou em grupo, durante a aula ou fora dela, pode ser uma atividade obrigatória ou livre. Nas atividades de apoio ao ensino pode-se conseguir textos, imagens, animações do tema trabalhado, utilizando-os como um elemento a mais, junto com livros, revistas e vídeos. “A comunicação se dá entre professores e alunos, entre professores e professores, entre alunos e outros colegas da mesma ou de outras cidades e países, interagindo esporádica ou continuamente” (MORAN, 1997, p. 147).

Nessa rede eletrônica é possível utilizar-se de conteúdos elaborados em várias linhas de ensino-aprendizagem e conectá-los de maneira eficiente, criando uma vasta teia de informações interligadas. Dessa forma dá-se a oportunidade ao professor de escolher, dentre essas opções oferecidas, a forma com que acha mais adequado abordar um conteúdo com seus alunos. E o aluno tem a chance de conhecer outras formas de apresentação do conteúdo, bem como se aprofundar nele e se alongar durante o tempo que julgar necessário.

Moran (1997) também diz que a pesquisa na Internet, usada na educação, requer algumas habilidades especiais devido à rapidez com que são modificadas as informações nas páginas e à diversidade de pessoas e pontos de vista envolvidos. São elas: o bom senso, o gosto estético e a intuição.

Bom senso para não deter-se, diante de tantas possibilidades, em todas elas, sabendo selecionar, em rápidas comparações, as mais importantes. A intuição é um radar que vamos desenvolvendo de “cliquear” o mouse nos *links* que nos levarão mais perto do que procuramos. A intuição nos leva a aprender por tentativa, acerto e erro. Às vezes passaremos bastante tempo sem achar algo importante e, de repente, se estivermos atentos, conseguiremos um artigo fundamental, uma página esclarecedora. O gosto estético nos ajuda a reconhecer e a apreciar páginas elaboradas com cuidado, com bom gosto, com integração de imagem e texto. Principalmente para os alunos, o estético é uma qualidade fundamental de atração. Uma página bem apresentada, com recursos atraentes, é imediatamente selecionada (MORAN, 1997, p. 151).

O fato é que a soma dessa rede e dos saberes que se estabelecem a partir dela constitui um novo dispositivo de poder, à medida que qualquer comunicação qualificada passa a acontecer nesse meio e nas linguagens e habilidades compatíveis com a rede. Nessa perspectiva aqueles saberes que se dão fora das linguagens e competências do computador seriam desqualificados e abandonados.

A história da informática mostra que os primeiros computadores surgiram depois da Segunda Guerra Mundial como consequência de projetos ousados e muito investimento. Eram perfeitamente funcionais na sua época, permitindo resolver problemas teóricos e práticos insolúveis. Assim como a ciência daquela época era naturalmente considerada a mais evoluída, aqueles computadores hoje vistos como “sucatas”, eram as mais complexas máquinas construídas pelo homem. Da mesma forma, as técnicas e as ciências de cada uma das décadas posteriores também eram consideradas como os saberes mais qualificados e verdadeiros da época. Estes saberes são tidos como obsoletos e considerados inaceitáveis para os padrões tecnológicos de hoje.

Dessa maneira, o discurso da obsolescência produz um novo tipo de controle sobre os indivíduos que se sentem muitas vezes incompetentes em relação à velocidade de atualização necessária para estarem preparados para se comunicar e para trabalhar com as máquinas. Como os indivíduos não podem se transformar com a mesma velocidade das máquinas de informação contemporâneas, eles sofrem um novo tipo de sujeição, podendo ser controlados por meio delas.

Seguindo para o papel do professor, segundo Moran (1997), ensinar utilizando a Internet pressupõe uma atitude do professor diferente da convencional. O professor não é mais o que centraliza a informação. A informação está

em inúmeros bancos de dados, em revistas, livros, endereços de todo o mundo. “O professor é o coordenador do processo, o responsável na sala de aula. E, mais que a tecnologia, o que facilita o processo de ensino-aprendizagem é a capacidade de comunicação autêntica do professor, de estabelecer relações de confiança com os seus alunos, pelo equilíbrio, competência e simpatia com que atua” (MORAN, 1997, p. 149). Assim, seu poder, antes centralizador, passa a exercer-se mediando os processos educativos. Um poder mais sutil, menos visível e, por isso mesmo, mais eficiente.

O professor pode coordenar pesquisas na Internet com objetivos bem específicos, monitorando cada etapa da busca, pedindo que seus alunos anotem os dados mais importantes, e que reconstruam ao final os resultados. Continuando com o relato de experiências de professores na Internet, muitos observam que os alunos

... “passeiam” pelas páginas da Internet, descobrindo muitas coisas interessantes, enquanto deixam por afobação outras tantas, tão ou mais importantes, de lado (...) Vejo inúmeras pessoas - adultas e jovens - que se aborrecem com a Internet. Acham só problemas em pesquisar. Reclamam de que encontram milhares de sites, que só tem propaganda, que muitos endereços não entram, que nunca acham o que procuram, e de que o que encontram está em inglês. Colocam desculpas para não pesquisar mais, porque realmente para eles pesquisar é um problema. Enquanto isso, ficam horas seguidas, provavelmente, em programas de bate-papo, de “conversa” superficial, interminável e pouco produtiva, para quem olha de fora. (MORAN, 1997, p. 153).

Ainda para Moran (1997, p. 150), é importante “sensibilizar o aluno antes para o que se quer conseguir neste momento (...). Se o aluno tem claro ou encontra valor no que vai pesquisar, o fará com mais rapidez e eficiência. O professor precisa estar atento, porque a tendência na Internet é para a dispersão fácil”.

Nessa linha, a possibilidade de vigilância na *web* parece estar atingindo perspectivas antes impensáveis. Todos os passos dos usuários podem ser rastreados. Todos os documentos que ele acessou podem ser registrados. Essas informações podem ser usadas para gerar estatísticas e gráficos sobre o comportamento e o desempenho do aluno. E há ainda outro dispositivo de controle possível. Hoje já há formas de selecionar quais *sites* o aluno tem permissão para ver e quais não tem, e em quais horários.

Deleuze (1992, p. 224) afirmou que as novas tecnologias de informação que surgiam eram na verdade novos mecanismos de controle, capazes de operar uma “modulação universal” e como ele bem lembra “não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê, a cada instante, a posição de um elemento em espaço aberto, animal numa reserva, homem numa empresa”. Há sistemas de controle de informação por toda a parte, por todas as mídias. Ao contrário da disciplina que era de longa duração e descontinuada, o que se observa hoje é a implementação de um controle de “curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado”. Enquanto nos sistemas de vigilância baseados na visão o mais importante é o indivíduo se sentir vigiado, nos sistemas de controle por informação nem sempre o indivíduo tem consciência de que é controlado. E a Internet parece ser o melhor exemplo desse novo regime de dominação.

Na rede também desenvolvem-se formas novas de comunicação, principalmente escrita. Escreve-se de forma mais aberta, hipertextual, conectada, aproximando texto, imagens, sons e movimentos. A possibilidade de divulgar páginas pessoais e grupais na Internet gera uma grande motivação, visibilidade, responsabilidade para instituições, professores e alunos. Todos se esforçam por escrever bem, por comunicar melhor as suas idéias, para serem aceitos.

Esse é mais um exemplo a respeito de toda uma tecnologia da exposição da intimidade dos sujeitos, que traz à tona uma ampla exposição da intimidade, do corpo e da sexualidade do sujeito, num desejo de visibilidade pública, a qualquer preço.

No caminho de pensar nesse novo sujeito uma mistura no contexto das novas tecnologias, Haraway (2000, p. 40) sugere a figura do ciborgue, um ser que é “simultaneamente animal e máquina”, que habita “mundos que são, de forma ambígua, tanto naturais quanto fabricados”.

Nesse sentido cabe a idéia desenvolvida em torno do ciborgue por Mendes (2001, p. 134), para quem esse sujeito-ciborgue é “o híbrido da interação humano/máquina, no campo das construções das identidades-subjetividades. (...) [os] ciborgues estão imbricados a formas de poder específicas, nas quais relações com o saber estão presentes.”

Esse é um ciborgue sutil. Não parece ser de fácil identificação. Ele é um híbrido humano e máquina, mas, não se constitui em um corpo com partes eletrônicas. O “novo” ser, nasce das interações propostas pela máquina e das interações percebidas e internalizadas pelo indivíduo, não podendo mais definir quem fez e quem é feito na relação homem-máquina (HARAWAY, 2000).

A Internet parece ter grande capacidade em criar vínculos entre os usuários e a própria rede. Vínculos que tornam-se cada vez mais eficientes, fazendo surgir uma máquina-corpo com novas noções de tempo e espaço. Num cenário das novas tecnologias, Green e Bigum (1995, p. 236) argumentam que “a velocidade se traduz na capacidade de fazer mais coisas no tempo equivalente ao limite inferior da percepção humana – ‘o piscar de olhos’. Os vínculos perceptuais – isto é, o som e a imagem – têm, cada vez menos, aparência de máquina e, conseqüentemente, as uniões feitas entre a máquina e o/a humano/a tornam-se mais ‘naturais’”. A naturalização desses veículos perceptuais vem mostrando cada vez mais como estão estreitas, perturbadoras e provavelmente prazerosas as ligações entre o humano e a máquina.

Na mesma tendência, ressalta-se a afirmação de Haraway (2000, p. 70): “As tecnologias de comunicação e as biotecnologias são ferramentas cruciais no processo de remodelação de nossos corpos. Essas ferramentas corporificam e impõem novas relações sociais”. A noção de ciborgue, justamente essa complexa relação corpo-máquina, tem como questão-chave uma teoria de linguagem e controle. Isto é “a busca de uma linguagem comum na qual toda a resistência ao controle instrumental desaparece e toda a heterogeneidade pode ser submetida à desmontagem, à remontagem, ao investimento e à troca”. Esta tecnologia, segundo a autora, pode ser condensada na metáfora militar C³I – comando, controle, comunicação e inteligência.

Essa idéia de ciborgue é fundamental se o compreendermos como uma elaborada “tecnologia política do corpo”. Tecnologia extremamente complexa, com origens difusas e muitas vezes não apresentando uma lógica contínua e sistemática de seus discursos. Assim, para analisarmos o uso da Internet na educação como uma forma de subjetivação do indivíduo, é necessário discuti-la também como expressão de relações de poder.

Pode-se entender subjetivação como a construção do sujeito, sua “transformação” de indivíduo para sujeito. Um processo de afirmação de uma verdade ou crença para o sujeito, assumindo para si e também publicamente, esse quadro de valores, aceitando as conseqüências, não necessariamente de maneira consciente, de que se responsabilizou. É um processo no qual não apenas as verdades são ditas como tais, mas, principalmente, são vividas como tais.

Continuando essa análise dos procedimentos de fixação, de manutenção ou transformação das subjetividades dos indivíduos, chegamos à questão da sexualidade. Uma das maiores preocupações dos educadores com relação à Internet está no fato dela oferecer um acesso fácil a materiais de caráter sexual. Tendo isso em vista, cabe discutir como se mostram alguns aspectos

da sexualidade na rede eletrônica. Afinal, para Foucault, é por meio do biopoder e de seus desdobramentos ideológicos na produção do discurso e, ainda, nas manifestações da sexualidade que é possível controlar o sujeito moderno.

Os atuais meios de comunicação idealizaram modelos de beleza e erotização muito distantes da maioria das pessoas. E a chance de se satisfazer os desejos determinados pela submissão prolongada a esses modelos é muito pequena. É assim que, contando com uma ferramenta mais adequada para a ocultação do acesso e do material, mais fácil até do que a aquisição de revistas erótico-pornográficas, diversos indivíduos podem buscar via computador a realização visual/virtual de seus desejos insatisfeitos. Em resumo, mesmo com a abundância de informações que se pode disponibilizar na Internet, as páginas mais vistas mostram “sua incontrolável capacidade de realimentar a indústria do sexo, válvula de escape e efeito colateral lucrativo da repressão sexual” (PRATES, 1999, p. 262).

Porém, não se deve pensar que “dizendo-se sim ao sexo, se está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo essa linha do dispositivo geral da sexualidade” (FOUCAULT, 2003, p. 147). Para aqueles que encaram a “liberdade” virtual como espaço para escapar à repressão sexual, vale lembrar que o contra-ataque a essa repressão se dá na vivência soberana dos próprios corpos e prazeres, não no reforço do desejo sexual.

No trabalho de Prates (1999, p. 7), sobre o cibersexo, uma prática sexual que ocorre na Internet em que há sincronia e interação entre usuários, principalmente em salas virtuais de bate-papo, é interessante perceber que apesar dessa “liberdade” propiciada pelo anonimato dos usuários na Internet

é extremamente raro presenciar o ato sexual virtual nas áreas públicas das salas de bate-papo. (...) Ao que parece, a vergonha do ato sexual já se encontra de tal forma arraigada em nossa cultura que, mesmo sem o risco de ser identificado, são raríssimos os indivíduos capazes de praticar o sexo livremente e sem culpas (...) A clivagem entre o espaço público e privado e a vergonha do ato sexual se reproduzem no ambiente virtual, mostrando até um certo reforço e internalização da repressão sexual (autocensura), se considerarmos a ineficácia do anonimato.

A ciberética

A Internet mostra-se como um gigantesco mosaico, no qual quem decide o que deve ser aproveitado no emaranhado dessa rede é o seu usuário, por afinidades e conveniências. O único requisito para inserir-se nesse coletivo de sujeitos-ciborgues é estar conectado. Ao plugar-se, o internauta recebe o passaporte para o ciberespaço: uma conta numérica numa máquina, com endereço eletrônico e senha intransferíveis. A esta identidade, somam-se diversas formas de exposição individual perante a coletividade, através, por exemplo, de um *website* próprio.

O vínculo humano com a Internet remete a um espaço virtual comum, no qual a existência aparentemente não precisa se submeter a regulamentações claras. O crescimento exponencial do ciberespaço está ligado justamente à particularidade de constituir um espaço público que não está sujeito a regulamentações externas. Com isso, reforça-se a evidência de que os estatutos éticos das comunidades virtuais se constroem no interior de suas próprias existências, por motivações, interações e vocações internas.

A ética por interações prospera nos grupos, listas de discussão, conferências eletrônicas ou *newsgroups* onde, mesmo sem jamais terem se visto, as pessoas conversam, trocam experiências, informam-se, fazem amizades, namoram, ou simplesmente passam o tempo. Aparecem parcerias, ajudas mútuas e laços de solidariedade. Famílias de crianças com Síndrome de Down, namorados virtuais ou grupos de pesquisadores de novas tecnologias demonstram suas experiências e repartem esperanças e aflições. Surgem possibilidades de se experimentar múltiplas formas de vida possíveis, de se vivenciar múltiplas identidades.

As “tribos eletrônicas” expandem-se em direções imprevistas. São os cinéfilos, os marxistas, os jogadores de xadrez, os defensores dos direitos homossexuais, e tantos outros. Para se ter idéia da diversidade temática, basta observar que o *Universo Online*, maior provedor do Brasil, dispõe de dezenas de milhares de grupos de discussão, salas de *chat* e outros meios em que se permite a interação entre seus usuários. Isso sem falar no próprio correio eletrônico e em programas de conversação direta como o Messenger.

Segundo Moraes (1998, p. 8), cinco itens iniciais ajudam a esclarecer essa atratividade da Internet: a) a liberdade para relacionamentos de qualquer espécie; b) sincronismo nas conversações; c) a garantia de anonimato; d) a ausência de censura; e) a desobrigação de se submeter a regulamentos rígidos.

A inexistência de protocolos éticos rígidos não significa que não exista nenhuma forma de conduta nas relações. O grande diferencial da Internet consiste justamente no fato de que as comunidades virtuais, enquanto corpos orgânicos, definem e objetivam valores éticos e códigos informais de conduta. Tais regras não provêm de fora, das estruturas formais de poder, mas se constituem interiormente e devem ser aceitas por consenso e adaptadas às singularidades, práticas e tradições dos grupos.

Ainda assim pode-se observar regras de relevo geral em que se dá recomendações para a convivência nesses coletivos. É a chamada *netiqueta* em que se percebe avisos como: não enviar mensagens sobre determinado assunto numa lista que trata de outro tema, escrever mensagens breves, usar letras maiúsculas somente para dar ênfase a palavras ou frases, definir com exatidão o assunto do *e.mail* no campo *subject*, não enviar arquivos anexos sem antes consultar o destinatário etc.

Logicamente, “a ciberética – entendida como conjunto de postulados de reciprocidade para a autogestão democrática do ciberespaço – tem sofrido transgressões inconcebíveis” (MORAES, 1998, p. 11). Criadores de programas que visam prejudicar o fluxo de informações no meio computacional, os chamados vírus, especializaram-se em contaminar páginas e alarmar usuários e provedores com mensagens falsas, congestionando linhas de transmissão.

No caso dos piratas virtuais, os *hackers*, as investidas irracionais caracterizam crimes digitais: acesso não-autorizado a informações e computadores, cópia de *software* com *copyright*, captura de números de cartões de crédito, mensagens falsas ou adulteradas, pornografia infantil.

Alguns países, em especial os mais desenvolvidos, discutem seriamente maneiras de deter os crimes *high-tech*, a pedofilia e os discursos racistas e fascistas na *Web*. Estados norte-americanos vêm adaptando suas legislações para coibir o banditismo eletrônico. Mas a configuração mundial da Internet, com atualizações e propagações hiper-rápidas, mostra que é improvável se programar o tráfego em rede (MORAES, 1998, p. 10-12), basicamente por duas razões:

- a) Improbabilidade tecnológica. A informação julgada delituosa pode ser, quase imediatamente e a custo nulo, transferida de um servidor para outro, ou duplicada um grande número de vezes;
- b) Alto risco de censura. O verbo programar representa, aqui, um eufemismo de disciplinar. Isso afetaria irremediavelmente a espinha dorsal da Internet – seus fluxos ilimitados e não submissos.

Para Moraes (1998, p. 12) “a defesa da liberdade de expressão na *Web* será árdua e prolongada. A começar pela tentação de impor direções morais e gestões burocráticas no ciberespaço, de preferência sob a égide do Estado”.

Considerações finais

Com o avanço da Informática e da Internet, novas questões surgem para todas as áreas. É certo que a informática não vai garantir a qualidade do ensino formal. No entanto, ela pode nos direcionar para mais um caminho em que essa busca se dará. Um caminho viável desde que se mantenha a discussão dos dispositivos que operam por detrás de sua imagem de fascínio tecnológico.

Na educação a distância houve um grande salto de interesse devido às facilidades trazidas pela computação e principalmente pela Internet. Tanto na educação continuada como na educação formal através da Internet, vale ressaltar que o discurso advindo da informática passa a permear também essa forma de educação. O fato é que a soma dessa rede e dos saberes que se estabelecem a partir dela constitui um novo dispositivo de poder, à medida que qualquer relação passa a acontecer nesse meio e nas linguagens e habilidades compatíveis com a rede.

E, nesse sentido, lembra-se que um ambiente informatizado de educação permite um controle quase impensável sobre o aluno. Este pode entrar nesse ambiente virtual de ensino na hora que quiser. Liberdade de horário para aprender, o que seria louvável, caso não existisse um formidável sistema de controle. O aluno pode ser monitorado no exato momento que entra no sistema e tudo que ele faz pode ser registrado até sua saída. Pode-se criar um tipo de sistema que guarda todas as informações e permite gerar um conhecimento sobre o comportamento e a performance do aluno. Caminhos que ele pretende seguir podem ser bloqueados e apenas poucas páginas liberadas para acesso. É uma capacidade operacional de vigilância e controle com uma força impressionante.

Porém, como foi visto, a análise destes novos dispositivos mostrou que eles não têm uma força onipresente e onipotente, não controlam todos os espaços nem sujeitam todos os corpos, como é a idéia do panoptismo. Pelo contrário, da mesma forma que Foucault mostrou que em todas as épocas existiram outros saberes paralelos aos saberes tidos como qualificados, existem também hoje saberes que estão sendo “sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais” (FOUCAULT, 1984, p. 170). Hoje, todos os incluídos nos sistemas tecnológicos são “observados” e têm, de alguma forma, seus movimentos controlados por eles. No entanto, é possível notar que nas entrelinhas desse poder, nos subterrâneos dessas tecnologias, fervilham forças de resistência que produzem “uma série de saberes [que] são qualificados como não competentes ou insuficientes elaborados” (FOUCAULT,

1984, p. 170), ou que se utilizam de saberes competentes de uma forma não esperada ou desejada.

Dessa forma, não é negando as novas tecnologias – ou se isolando delas – que se pode lutar contra essas novas forças dominadoras: pois onde há força de opressão há resistência. É preciso um esforço para localizar e para utilizar os saberes das lutas de resistência nas táticas contra a dominação.

De um ponto de vista da ciberética, a Internet constitui uma vida comunitária regulada por interações, e não por leis, decretos. Porém, longe de dispensar os indivíduos de deveres éticos, o ciberespaço propõe uma coexistência auto-regulada, em constantes revisões. Ao invés de padronizar condutas com base numa “maioria moral”, a ciberética apóia-se em regras e valores consensuais estabelecidos pelas células de usuários-ciborgues, com identidades híbridas de sujeitos e máquinas.

O uso dessa nova tecnologia é objeto de disputa no que tange à regulação nas relações da rede. Dependendo do uso dos poderes e contra-poderes, as tecnologias da informação podem confirmar a manutenção do estado que já se encontrava antes, produzindo as subjetividades que lhe são adequadas, ou podem ser incorporadas de maneira crítica e criativa, abrir espaços para o novo, o “extramuros” do poder.

Para finalizar, o uso de uma tecnologia interativa não significa que automaticamente a relação entre pessoas seja interativa no sentido profundo. As pessoas podem manter formas de interação autoritárias, dependentes, contraditórias, abertas. Na Internet, fala-se das inúmeras possibilidades de interação, de troca, de pesquisa. Elas existem. Mas, na prática, se uma escola mantém um projeto educacional autoritário, controlador, a Internet não irá modificar em nada o processo já instalado. A Internet será uma ferramenta a mais que reforçará o autoritarismo existente: a escola fará tudo para controlar o processo de pesquisa dos alunos, os resultados esperados, a forma impositiva de avaliação. Os alunos, eventualmente, ou alguns professores poderão estabelecer formas de comunicação menos autoritárias, mas para isso precisam contrariar a filosofia da escola, mudando-a por conta própria. O que nos mostra que a Internet não é em si nem democrática nem autoritária, nem libertária nem opressora, mas sim que, longe de ser neutra, assume a forma com que é usada.

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 219-226.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- _____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. *Vigiar e punir*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GREEN, B.; BIGUM, C. Alienígenas na sala de aula. In: SILVA, T. T. (Org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 208-243.
- HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, T. T. (Org.). *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 37-130.
- MENDES, C. L. Controla-me que te governo: os jogos eletrônicos como forma de subjetivação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 125-139, jan./jul. 2001.
- MORAES, D. A ética comunicacional na Internet. *Ciberlegenda*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/denis1.htm>. Acesso em: 14 mar. 2005.
- MORAN, J. M. Como utilizar a Internet na educação. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 146-153, maio/ago. 1997.
- PRATES, E. Cibersexo, anonimato, máquinas desejanter. In: PORTO, S. D. (Org.). *Sexo, afeto e era tecnológica*. Brasília: Edunb, 1999. p. 255-271.
- VEIGA NETO, A. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Texto recebido em 17 fev. 2005
Texto aprovado em 22 maio 2005